



# Anais da Assembléia

N.º 150

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

(a) NILSO SGUAREZI.

ATA DA 139.ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 1983

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Rubens Bueno e Caíto Quintana.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirnus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkowski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

Sob o n.º 180/83, do senhor governador do Estado, solicitando providências no sentido de que a medida tratada no Projeto de Lei n.º 212/83, seja incluída no rol das matérias para apreciação do atual Período de Convocação Extraordinária desta augusta Casa de Leis. — Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 176/83, do senhor governador do Estado, solicitando providências no sentido de que a medida legal proposta através da Mensagem n.º 175/83, seja incluída no rol das matérias para apreciação no atual Período de Convocação Extraordinária desta Casa de Leis. — Ao Departamento Legislativo.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO AOS PROJETOS DE LEI N.ºS 212/83, 260/83 e 261/83.

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação aos Projetos de Lei referidos em súmula, no presente requerimento.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, à Secretaria de Estado do Planejamento e à Prefeitura Municipal de Curitiba, para que através de seus órgãos competentes, DER, Departamento de Obras e Comec, no sentido de envidarem esforços conjuntos para a construção de uma ponte para pedestres no Jardim Campo Alto (divisa dos municípios de Curitiba e Colombo), tendo em vista que o pontilhão ora existente, construído pelos moradores em caráter provisório, além de se encontrar em local muito distante, acha-se em péssimo estado de conservação, colocando em risco de vida as pessoas que o utilizam, sobretudo as crianças a caminho da escola, pois, que sequer possui proteção lateral.

Outrossim, uma vez aprovado o presente requerimento, seja enviado cópia ao excelentíssimo senhor prefeito municipal de Colombo e ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Colombo.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao ilustríssimo senhor presidente da Copel, doutor ARY VELOSO DE QUEIROZ, reivindicando a construção da Rede de Energia Elétrica para o bairro do Felisberto, através do PROGRAMA BIRD III de Eletrificação Rural, no município de Curiúva, neste Estado.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação dessa melhoria no bairro do Felisberto se torna necessária e urgente por se tratar de um povoado densamente grande e em franco desenvolvimento.

Além do mais, a extensão de linhas de energia elétrica até essa localidade conta com uma vantagem: a COPEL já efetuou todos os estudos necessários à sua implantação.

Por fim, essa iniciativa facilitará ainda a ampliação dos benefícios da energia elétrica na área rural do município de Curiúva.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a excelentíssima senhora diretora superintendente da Fundepar- Fundação Educacional do Paraná, para que seja instalado um aparelho telefônico no Colégio Princesa Izabel - ensino de primeiro e segundo grau localizado na municipalidade de Araruna.

De iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal de Araruna, Osvaldo Valarini e Dagmar Pereira Albino, excelentíssimo senhor diretor daquele estabelecimento educacional, o qual estes apontam as inúmeras dificuldades que são

vivenciadas por causa de não existir um aparelho de telefonia, tais como a morosidade de tempo no encaminhamento de assuntos de interesse, sendo que os mesmos poderiam ser solucionados por esta via de comunicação num espaço de tempo bastante curto se comparado às condições atuais.

É fundamental que seja dado a devida providência, capazes de contribuir na eliminação das situações ora relatadas.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor geral do Detran — Departamento de Trânsito, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja realizado estudos objetivando a implantação de um sistema de sinalização correto no perímetro urbano, do município de Campo Mourão.

Campo Mourão, pelo seu traçado no que se refere às ruas e avenidas, é considerada uma cidade modelo, por ter sido previamente planejado seu desenvolvimento. No entanto, nos últimos anos, Campo Mourão apresentou considerado crescimento em todos os setores que dentre os diversos reflexos, fez aumentar amplamente o número de veículos automotores, cuja circulação intensa tem ocasionado vários transtornos; tendo em vista isto, tal processo não foi acompanhado pela sinalização e orientação do trânsito.

E, atualmente, o que se constata, são diversos acidentes e transtornos diversos no tráfego, em função da precaridade ou ausência de uma sinalização eficiente.

Torna-se imprescindível que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública, através dos órgãos competentes, realizem estudos imediatamente, a fim de permitir a implantação de uma sinalização condizente com Campo Mourão, oferecendo aos condutores de veículos e transeuntes, segundo iniciativa do chefe da Ciretran de Campo Mourão, excelentíssimo senhor Antônio Fabri.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor presidente do Inamps — Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, através do excelentíssimo senhor ministro da Previdência e Assistência Social, para que seja analisada a viabilidade de proceder a instalação de um Posto de Atendimento do Inamps, em Araruna.

O crescimento do município de Araruna exige um redirecionamento que permita a implantação de novas diretrizes voltadas para aquela nova realidade sócio-econômica, notadamente no que se refere ao aspecto social. A esse respeito, necessita aquele município de um posto de atendimento do Inamps, para que, com tal implantação, possam os seus previdenciários serem beneficiados com uma nova estrutura e mais condizente.

É de fundamental importância que medidas se dirijam diante do exposto, o que, por certo, irá beneficiar os habitantes que assistem aquele município, conforme iniciativa do excelentíssimo senhor Osvaldo Valarini, prefeito municipal de Araruna.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos em caráter emergencial, a serem aplicados no pagamento do décimo terceiro salário do funcionalismo público de Terra Boa.

O conjunto dos funcionários daquela municipalidade, tendo em vista o ano que se finda, na expectativa aguarda a tomada de medidas que lhes assegurem o pagamento do décimo-terceiro salário, onde a esse respeito, a administração municipal de Terra Boa, ante a ausência de recursos, se vê impossibilitada de garantir o cumprimento de tal obrigação salarial.

Aquela situação, prende-se ao fato de não existir uma estrutura tributária que assegure aos municípios uma maior parcela de recursos, havendo grandiosa concentração financeira por parte do governo federal, que por sua vez, não os repassa aos municípios, deixando-os em difícil situação, como Terra Boa.

É de fundamental importância pelas razões ora discutidas, um posicionamento do excelentíssimo senhor governador do Estado, que possa contribuir urgentemente na eliminação do problema vivenciado pela administração de Terra Boa, e consequentemente, pelos integrantes do quadro de funcionários públicos.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para o pagamento do décimo terceiro salário ao funcionalismo público de Moreira Sales.

Com vistas à necessidade do pagamento aos funcionários, no que diz respeito ao décimo terceiro salário, a Prefeitura Municipal de Moreira Sales encontra-se com escassez de recursos de ordem financeira, em face da difícil situação deixada por gestões anteriores.

Aquela situação, prende-se ao fato de não existir uma estrutura tributária que assegure aos municípios condições condizentes com as reais necessidades dos mesmos, havendo grandiosa concentração financeira por parte do governo federal, que por sua vez, não os repassa, deixando-os em difícil situação como Moreira Sales.

É imprescindível, conforme as razões ora discutidas que haja por parte de vossa excelência, uma postura que seja capaz de atender o mais urgente possível o proposto, haja vista a expectativa existente nos funcionários públicos.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, digníssimo senhor doutor Luiz Felipe Haj Mussi, no sentido de determinar ao órgão competente dessa Secretaria, que proceda os estudos necessários visando a instalação de módulo policial militar no Jardim Campo Alto, divisa entre os municípios de Curitiba e Colombo, tendo em vista a inexistência desse serviço no referido bairro e em áreas circunvizinhas.

Uma vez aprovado o presente requerimento, que seja enviado cópia ao excelentíssimo senhor prefeito municipal

de Colombo e ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Colombo.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, digníssimo senhor Luiz Felipe Haj Mussi, no sentido de determinar ao órgão competente dessa Secretaria, que proceda os estudos necessários visando a instalação de módulo policial militar na bifurcação das ruas José Bajerski e rua Manoel Aranha, localizadas na Vila Krachinski (Abranches), em Curitiba, tendo em vista a inexistência desse serviço no referido bairro e em áreas circunvizinhas.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, consulto à liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao nobre deputado Luiz Alberto, líder do PDS, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

O malogro do governo José Richa já se antecipa pelas ações disparatadas de alguns de seus secretários de Estado — homens despreparados para o exercício da função pública, desprovidos daquele grau de credibilidade, responsabilidade e respeitabilidade que deve presidir todos os atos emanados dos que são investidos em funções na administração estadual que, ao contrário do que está ocorrendo hoje no Paraná, deve refletir capacidade, ânimo e disposição para enfrentar as questões e tarefas inadiáveis que constituem o centro das preocupações paranaenses.

Aliás, nesse sentido de falta de competência dos atuais secretários de Estado, não estou só. Eminentemente deputados do PMDB, entre os quais o deputado Anibal Khury que está sendo cobrado publicamente pela imprensa, tem declarado que inúmeros secretários de Estado são incompetentes para o exercício da função pública, e lembro a sua excelência o nobre deputado Anibal Khury que faltam apenas quatro dias para que ele possa dar a lista dos incompetentes do governo José Richa.

O que reflete dessa equipe de governo é a total ausência de uma ativa liderança política que possa romper a paralisia de propósitos de que estão tomados todos os setores da administração estadual, dominados por uma maléfica intromissão ideológica que não deseja construir porque está empenhada em destruir, servindo dessa maneira aos seus desígnios de encontrar um ponto de apoio para mais tarde desferir o seu ataque generalizado contra o obstinado trabalho do povo paranaense, empenhado na construção de uma sociedade justa e cristã que reúna novas energias em torno de propostas e programas mais promissores, e para cuja realização se tenha presente que a liberdade é companheira inseparável da segurança e da construção.

Enquanto se submete à ação desses agentes o governador José Kalil Richa decepçiona aos que sufrágaram o seu nome nas urnas do ano passado, transformando os esperados dias de austeridade no primeiro "mordomado" paranaense, entregando-se à megalomania que passou a dominá-lo, assim como a seus secretários de Estado que, inspirados pela proposta orçamentária elaborada pelo titular do Planejamento — senhor Valverde Castor, endividador do Paraná —, fizeram das mordomias o

principal destinatário dos recursos orçamentários, ao invés dos investimentos com os quais poderíamos aquecer a economia estadual e, com isso, gerar mais empregos aos paranaenses.

Além disso, como se não bastasse a antinomia do senhor José Kalil Richa e de membros do seu corpo de auxiliares imediatos aos propósitos honestos de uma administração competente e responsável — reclamada e exigida pelo povo paranaense —, ressalta a maneira como se contrapõem os secretários Francisco Simeão Rodrigues Netto e Erasmo Garanhão aos propósitos daqueles que, na defesa dos dinheiros públicos, no interesse de esclarecer a opinião pública paranaense e do País, exigem a elucidação de fatos que de alguma forma tenham gerado suspeitas, dúvidas a respeito de sua correção, de sua lisura, de sua probidade.

"Estamos iniciando um período em que se inaugura uma nova forma, um novo conceito de administração.

Em primeiro lugar, pela imposição de uma postura de austeridade, em todos os níveis da administração, não apenas no sentido de evitar-se o supérfluo, o excessivo ou o desnecessário, mas orientando a aplicação dos recursos disponíveis onde sejam mais eficazes em benefício da maioria.

Essa postura de austeridade, de que exigirei estrito cumprimento, será acompanhada pelo estabelecimento de uma estreita solidariedade entre os vários órgãos do governo".

Solene promessa de ontem, feita pelo governador em seu discurso de posse, mas que a realidade dos fatos presenciados hoje na administração estadual, estão a desmentir o compromisso do governador, atestando que o povo paranaense está sendo traído em sua confiança pelo procedimento dos secretários Erasmo Garanhão e Francisco Simeão Rodrigues Netto que podem ser solidários em negócios de governo, porém jamais poderão ter o reconhecimento público de uma postura de austeridade, e muito menos de credibilidade e respeitabilidade por parte dos homens sérios deste Estado. A atuação desses secretários é prova cabal de que o senhor José Richa mentiu ao povo paranaense. Mentiu na campanha eleitoral, mentiu no discurso de posse e continua mentindo no governo. Governo da mentira, governo de incompetentes e incapazes, governo de negócios especiais que estão transformando Secretarias de Estado em prolongamento de aprofundadas conexões empresariais.

O que transparece dessa administração é que, na verdade, está malbaratando 55 mil dólares em mordomias para um grupo de privilegiados funcionários da Secretaria da Indústria e do Comércio e pessoas ligadas aos negócios particulares do secretário Francisco Simeão Rodrigues Netto, que para dilapidar o dinheiro do povo paranaense (esbanjando dólares de que tanto carece o nosso País para fazer face às necessidades nacionais), pôs em prática a "Missão às Arábias" — escândalo do regime Richa e corrupção administrativa que acabou com o pouco de confiança que restava no secretariado.

Além de dilapidar os dinheiros públicos, o secretário da Indústria e do Comércio passou a ser um mentiroso, pois veio a público, em declarações à imprensa, dizendo que foram realizados negócios no montante de dois milhões de dólares.

Ora, senhores, que deslavada mentira. Por que o secretário Simeão Rodrigues Netto não explicou quais foram os negócios realizados?

Com que países e quais as empresas ou governos que farão as importações paranaenses desse valor?

Não especificou nada disso e muito menos o fará, pois, todos sabem que essa missão que ficou passeando durante quase dos meses em cinco países do Oriente Médio, era constituída de pessoas do Cendi, um organismo da Secretaria da Indústria e do Comércio que não realiza negócios (a não ser que tendo o senhor Francisco Simeão na direção da Secretaria da Indústria e do Comércio, haja sido transformado num balcão de negócios como fez o atual titular com a Pasta que ocupa). O Cendi não é exportador. Não é vendedor. Não tem essa atri-

bução. Aliás, as mentiras são generalizadas no âmbito da Secretaria da Indústria e do Comércio, desde que o senhor José Richa assumiu o governo do Paraná. Mal desembarcaram em Curitiba, os integrantes da milionária caravana "Missão às Arábias" disseram que em decorrência dessa viagem "os empresários paranaenses exportaram milhões de dólares". Como se constata, tudo vago, genérico. Como se exportar fosse tão rápido e fácil assim.

Por que não especificam os nomes dos exportadores, os produtos exportados, as datas dos embarques, os países de destino, os nomes dos importadores, o valor de cada transação?

Tudo nos limites da Secretaria dirigida pelo senhor Francisco Simeão é nebuloso, ou esconde um propósito não confessado, como a sua sociedade com detentores do poder estadual. A "Missão às Arábias" — escândalo do governo José Kalil Richa, escândalo do regime do PMDB no Paraná —, foi constituída por apenas um técnico do Cendi.

Os outros quatro integrantes são consultores contratados pela administração Simeão, com salários elevadíssimos, que o secretário da Indústria e do Comércio não deseja revelar aos membros desta Assembléia. O secretário Francisco Simeão não deseja esclarecer a lisura dos negócios que estão sendo feitos à custa do dinheiro público paranaense e quando esse procedimento é denunciado neste Poder Legislativo, que tem a obrigação constitucional de fiscalizar a aplicação dos recursos do erário estadual, ele investe contra os deputados, como fez conosco e com o nobre deputado Aírton Cordeiro, como ameaças de processos na Justiça. Está fazendo escola com o não menos nebuloso senhor Erasmo Garanhão, que não deseja a análise, a interpretação dos seus atos administrativos, que não sendo submetidos à fiscalização, não se pode saber ou dizer se são honestos ou desonestos, para então proclamar-se que o secretário das Finanças (que teve a insolência de chamar todos os comerciantes paranaenses de desonestos, além de insultar da mesma forma todos os fiscais da Secretaria das Finanças, ao afirmar que aquela Secretaria "não funcionará para o fiscal, mas para o fisco", é ou não honesto. Do senhor Erasmo Garanhão, o que se sabe, a par desses insultos e agressões verbais e morais ao empresariado do nosso Estado e aos dedicados servidores do fisco estadual, é que mantém em sua residência um terminal telefônico pago com o dinheiro do povo, procedimento que não se coaduna com a austeridade prometida pelo governador no ato de sua posse.

Se existe um decreto de antanho permitindo isso, por que não foi imediatamente revogado pelo novo governo austero do Paraná?

Não se estava instalando um novo conceito de administração? Não. Não é nada disso. O secretário Erasmo Garanhão não tem identidade com a austeridade e levou para sua casa um telefone de uma repartição pública, em uso público, na Fundação Educacional.

É esse o seu conceito de boa moral administrativa. É esse o seu respeito pela "res publica".

Conceito e respeito que têm a total condenação dos cidadãos probos, honrados e honestos desta terra. Já em agosto passado, em pronunciamento nesta tribuna, advertíamos sobre o senhor Erasmo Garanhão, dizendo que ele estava galopando à frente do secretário Francisco Simeão, e em disparada.

Naquela oportunidade, o senhor Erasmo Garanhão se autoproclamara caloteiro, dizendo que como não vamos pagar a dívida externa, passaria a contrair empréstimos em dólares e, em apenas uma semana, obtinha do governador José Richa autorização para contrair novos empréstimos externos no valor de 13 milhões de dólares, com a intervenção do Banco do Estado do Paraná — depois de ter conseguido destituir da sua presidência o senhor Léo de Almeida Neves, traçoiadamente apunhalado politicamente pelo senhor Erasmo Garanhão, num procedimento que recebeu o repúdio, inclusive da bancada do

PMDB, nesta Assembléia.

Os analistas da administração pública afirmam hoje que o senhor Erasmo Garanhão é a voz que dá a palavra final no governo José Kalil Richa.

Por isso, desejo avivar algumas memórias, lembrando-lhes trechos do meu discurso feito nesta Casa, em agosto: vejam, senhores deputados, qual o grau de responsabilidade do secretário das Finanças do governo José Richa: ele declarou que como não vai pagar mesmo, decidiu fazer esses empréstimos. Para vergonha dos homens de responsabilidade deste Estado e do País, nós paranaenses assistimos o secretário das Finanças transformar-se num caloteiro convicto. E foi esse caloteiro autodeclarado que veio a público afirmar para imprensa que não tem satisfações a dar aos representantes do povo nesta Casa, como fez aos ilustres, senhores deputados do PMDB sobre a posição que assumiram com relação à destituição do presidente do Banco do Estado do Paraná. Na verdade, o senhor Erasmo Garanhão — secretário das Finanças "caloteiro" —, passou uma reprimenda nos deputados do PMDB quando disse que os representantes governistas não deviam interferir nas decisões do governador e nas do titular das Finanças. Por certo, os nobres deputados do PMDB não irão assimilar a admoestação severa do secretário que ignora as funções dos deputados, pois, fiscalizar o governo é função inerente às assembleias, colocando-se essa atividade — para muitos doutrinadores — acima da de legislar.

Como se constata — advertíamos naquela oportunidade — houve um verdadeiro coice na administração transparente a atingir os integrantes da desmoralizada "democracia participativa", transformada por obra de Richa e do homem forte do seu governo, em anarquia administrativa.

Aliás, quando Garanhão dá o seu recado aos senhores deputados do PMDB, submetendo-os a uma posição vexatória perante a opinião pública paranaense, está, na verdade, dando eco às palavras de Richa, que acaba de afirmar em Londrina que os deputados do PMDB, ao pretenderem entregar-lhe um documento sobre a destituição do presidente do Banco do Estado, estavam — "querendo democracia demais". E o governador José Richa foi enfático ao comentar a posição da bancada governista, ao dizer que os deputados do PMDB ao pretenderem interferir na composição da equipe governamental, são uns equivocados".

E concluindo aquele nosso discurso de agosto, dizíamos: "para aliviar o engasgamento que Richa e o procônsul Garanhão estão a impingir aos deputados estaduais e federais do PMDB, e para comprovar minhas reiteradas afirmações das mentiras de sua excelência e seu fiel servo, lembro as seguintes palavras: "solidariedade e integração marcarão igualmente as relações do governo com a comunidade, a começar pela representação legislativa, que terá valorizado e reconhecido seu papel de intérprete e intermediador da vontade popular".

Palavras de Richa, no dia da posse. Primeira mentira do governador. Pena que o PMDB não tenha coragem para dizer isto: "basta, José Richa".

Das atividades anteriores do senhor Erasmo Garanhão nada se conhece que possa recomendá-lo à posição que hoje desfruta de "supersecretário" de Estado, a não ser que se trata de uma dessas criações monstruosas da combativa legenda trabalhista, que trágicas recordações tem proporcionado ao povo brasileiro.

Alguns ensaístas políticos dizem que ele dirige o chamado "Clube de Cornélio Procópio", mas esse clube tem um time que só joga na área de Santa Cândida, e o seu poder é financeiro, não tem nada de idealismo.

Do Erasmo Garanhão, nascido em Andradas, Minas Gerais, a 2 de janeiro de 1938, o que se pode dizer honestamente é que em seus registros consta que se trata de um ex-dirigente estudantil, que viveu à margem da lei durante algum período, e

por isso foi indiciado em Inquérito por atividades subversivas. Como se constata, um registro nada dignificante para um secretário de Estado do Paraná. Como esse governo que aí está é paupérrimo em valores, o senhor Erasmo Garanhão é considerado um supersecretário de Estado.

É de perguntar-se: para onde o regime Richa quer levar o Paraná?

É hora de restaurar a dignidade deste Estado, livrá-lo da anarquia participativa, mobilizar os seus valores morais e intelectuais para reencontrar-se com o seu povo, que aspira por um governo honesto, trabalhador, capaz de empreender as mudanças que nos conduzem ao desenvolvimento econômico e ao bem estar social. Um governo competente e não isso que aí está.

Mas, senhor presidente e nobres senhores deputados, deixemos de lado o Garanhão esse. Secretário das Finanças alienígena, de quem os paranaenses não tolerarão os insultos (ou coices), porque a sua atuação como anarquista mesmo que ele queira mascarar-la como atividade política, o que na verdade não foi — não lhe dá nenhuma autoridade moral para vir ocupar cargos público relevante, e no desempenho de suas funções insultar os paranaenses — para retomar a análise sobre a atuação do seu companheiro de Secretariado — Francisco Simeão — para acrescentar que os quatro consultores que integram a "Missão às Arábias" foram contratados em São Paulo, regamente pagos pelo Cendi, desprezando-se técnicos paranaenses. É isso o que o governo Richa, o regime do PMDB no Paraná, está fazendo: desprezando os técnicos paranaenses para ir buscá-los em São Paulo, sem nenhuma justificativa plausível. Não satisfeito com isso, em anular os técnicos paranaenses, o secretário Francisco Simeão ampliou seu desprezo pelos valores profissionais do Estado, indo buscar o senhor Moacir Delgado, em São Paulo, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Mercado Externo do Cendi, onde implantou um regime de pressão sobre os técnicos locais, não se sabendo quais os objetivos que pretende atingir com esse seu procedimento.

Mas a preterição do governo Richa, pelos técnicos paranaenses é bem maior, quando se constata que o Diretor Geral da Secretaria de Indústria e do Comércio — senhor Carlos Sebastião de Andrade, foi recrutado nos quadros da Companhia Vale do Rio Doce; que o superintendente do Cendi — Henrique Geraldo Vasconcelos, também veio da Vale do Rio Doce; e que o diretor do Detepar, Wander Evangelista Faria, também é técnico da Companhia Vale do Rio Doce.

Que estranha conexão, senhores deputados. Que estranha coincidência, senhor presidente, senhores deputados. O secretário da Indústria e do Comércio declara publicamente que mantém negócios particulares com a Companhia Vale do Rio Doce, especialmente com a venda de dormentes e traz para a Secretaria, os empregados desta empresa, aqueles que fizeram contratos particulares com o senhor Francisco Simeão Neto, entregando a Secretaria da Indústria e do Comércio, ao invés de técnicos e de gente paranaense aos alienígenas que beneficiaram o senhor Francisco Simeão Neto, com negócios e contratos até hoje não explicados a gente do Paraná.

Doces negócios, senhor presidente, senhores deputados, que agora passaram a envolver a Secretaria da Indústria e do Comércio, com o recrutamento desses funcionários, em detrimento dos técnicos paranaenses. Negócios da Madeireira Verona, no Maranhão, onde o secretário Francisco Simeão é devedor relapso do Banco de Desenvolvimento do Maranhão. E por falar em banco de desenvolvimento, seria conveniente que o vice-governador senhor João Elísio Ferraz de Campos, que preside o Banco de Desenvolvimento do Paraná, esclarecesse quais...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo-lhe um mi-

nuto para concluir sua oração.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... vice-governador, ocupante do cargo de presidente do Badep, esclarecesse quais os negócios do senhor Francisco Simeão e de suas empresas para que o povo do Paraná saiba até que ponto há de envolvimento dos atuais integrantes da atual administração, a partir de sua excelência o governador José Richa das sociedades do Maranhão, da sociedade da Imobiliária de Londrina e das outras sociedades do senador Erasmo Garanhão que deve, hoje, na condição de avalista de uma das suas empresas mais de trezentos milhões do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Amanhã, senhor presidente, senhores deputados, concluirei a análise desse discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.ºs 212/83, 260/83 e 261/83. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, acima aprovado:

**EM VOTAÇÃO — 2a. DISCUSSÃO —** do Projeto de Lei n.º 212/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre a padronização das identidades estudantis com exclusividade, pela União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo grau — UPES, e dá outras providências. Com **PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO** da C.C.J. e **PARECER FAVORÁVEL** da C.E., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N.º 212/83

Substitua-se:

O art. 1.º, do SUBSTITUTIVO GERAL apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, mantido o seu parágrafo único, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — A UPES, União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo grau, serão as únicas entidades autorizadas a expedirem cédula de identidade estudantil (carteira de estudante) aos estudantes matriculados na Rede Estadual de Ensino de primeiro e segundo grau e universitários".

Sala das Sessões, em de 1983

(a) NELSON VASCONCELLOS

Apoiamento:

Edmar Luiz Costa, Antônio Annibelli, Erondy Silvério, Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezzadri, Sérgio Spada, Rubens Bueno, Fiori Luiz, Anibal Khury, Mário Pereira, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos e Hermas Brandão.

Em votação o Substitutivo.

— **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**— Em votação a Emenda de Plenário.— **Aprovada.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 260/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 177/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26/05/82, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado, conforme específica. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em votação a Emenda n.º 01 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 03.— **Aprovada.**

Em votação o projeto.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 261/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 179/83), que autoriza o PODER EXECUTIVO doar ao município de Londrina imóvel constituído de duas áreas contíguas de terra contendo prédio em alvenaria de tijolos, onde funciona o antigo Fórum, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 247/83 (Mensagem n.º 167/83), que autoriza o Poder Executivo conceder garantias ou contra garantias em operações de créditos internos ou ex-

ternos, a serem realizadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel, conforme específica.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

18 senhores deputados o aprovam; nenhum senhor deputado o rejeita. — Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 147, 222, 231, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260 e 261/83.

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 212/83.

Levanta-se a sessão.